

Ser de esquerda ou de direita



Ser de esquerda ou de direita

Por **CARLOS EDUARDO ARAÚJO***

Ser de esquerda significa recusar a indiferença moral diante do sofrimento social. Supõe entender que a dor alheia é expressão de falhas estruturais e escolhas políticas

Ser de esquerda

Ser de esquerda ou de direita opera em camadas mais profundas que o plano consciente. Muitos rejeitam rótulos, mas suas escolhas e prioridades revelam uma orientação. O que define a posição não é a autodeclaração, mas o feixe de pautas que se assume ou recusa: a visão sobre economia, Estado, desigualdade, relações raciais, de gênero, sexualidade e religião. Nessas coordenadas residem as verdadeiras identidades ideológicas.

Por isso vale a máxima: conhece-te a ti mesmo. Muitos não se reconhecem como de direita ou extrema-direita, mas, por hábito ou lealdades afetivas, assumem posições alinhadas a esses campos. Essa cegueira política involuntária é um sintoma elucidativo do nosso tempo, mostrando como convicções operam silenciosamente.

“Ser de esquerda” é uma sensibilidade política articulada em torno de pressupostos fundamentais: a convicção de que a desigualdade é fruto de processos históricos de exploração e arranjos de poder; a recusa em naturalizar o sofrimento social evitável; e a crença de que Estado e sociedade devem ter um papel ativo na correção dessas distorções, ampliando liberdades reais e construindo condições para que cada indivíduo floresça. É uma tomada de posição que exige reflexão e um olhar crítico sobre as engrenagens da vida comum.

A esquerda parte da premissa de que a liberdade individual só se realiza substantivamente quando condições materiais são garantidas. Enfatiza a liberdade “positiva” (não apenas ausência de coerção, mas meios concretos para agir). Igualdade de oportunidades é insuficiente frente a assimetrias estruturais de poder e renda. A palavra-chave é justiça social, como redistribuição racional e politicamente orientada dos recursos coletivos, ecoando pensadores como John Rawls e Amartya Sen.

Historicamente, a esquerda nasce como resposta às condições desumanizadoras da industrialização e do capitalismo concorrencial. Seu impulso é imaginar arranjos sociais menos predatórios, com controle democrático sobre as forças econômicas. Direitos sociais e trabalhistas são conquistas civilizatórias de lutas coletivas.

Há tensões internas na esquerda (reformistas vs. revolucionários, social-democratas vs. marxistas, correntes identitárias vs. universalistas), mas um fio condutor as atravessa: a convicção de que a ordem social é uma construção histórica mutável e que a justiça exige enfrentar privilégios cristalizados.

a terra é redonda

Ser de esquerda significa recusar a indiferença moral diante do sofrimento social. Supõe entender que a dor alheia é expressão de falhas estruturais e escolhas políticas. É manter viva a convicção de que a política pode reduzir danos, corrigir desigualdades e alargar as possibilidades humanas.

Pautas comumente associadas à esquerda

Redução das desigualdades via políticas redistributivas e tributação progressiva; fortalecimento de serviços públicos universais (saúde, educação, assistência); direitos trabalhistas e regulação contra a precarização; direitos previdenciários que possibilitem uma vida digna na velhice; defesa de minorias e grupos vulneráveis (antirracismo, igualdade de gênero, direitos LGBTQIA+).

Democratização das instituições e participação popular; soberania nacional e crítica a desigualdades globais; políticas criminais orientadas por direitos humanos, crítica ao encarceramento em massa.

Ser de direita

Da perspectiva de esquerda, a direita revela uma preferência pela ordem, propriedade e individualismo que raramente é inocente. Seu apelo à prudência e às “instituições herdadas” ignora que muitas nasceram da exclusão e do privilégio. A ideia de que a desigualdade é consequência natural da liberdade é seu núcleo mais problemático: naturaliza a pobreza e a concentração de riqueza como mérito, ignorando relações históricas de poder, racismos institucionais e assimetrias estruturais.

O ceticismo em relação ao Estado defende, na prática, o mercado como força supostamente neutra. Mas o mercado distribui poder conforme interesses privados. A narrativa da responsabilidade individual culpa os vulneráveis por sua própria vulnerabilidade.

No conservadorismo moral, as defesas da família “tradicional” e de valores “imutáveis” operam como dispositivos de controle social para restringir liberdades, especialmente de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e minorias. Não são leis naturais, mas construções culturais para preservar hierarquias. A retórica conservadora protege um padrão de privilégio herdado, revestido de moralidade.

A extrema direita exacerba essas tendências ao paroxismo: é a exacerbação do pior. Seu nacionalismo é frequentemente performático e servil a interesses estrangeiros. O ceticismo ao Estado degenera em culto ao líder carismático e autoritarismo punitivo. Alimenta-se de inimigos imaginários (imigrantes, minorias, intelectuais) e vê o pluralismo como ameaça. A mentira vira método de governo; o ódio, capital político. Naturaliza a violência simbólica e física, corroendo as bases da democracia.

Para a esquerda, a direita define-se por uma disposição a aceitar, justificar ou perpetuar sofrimento social evitável. Prioriza ordem sobre justiça, tradição sobre igualdade, mercado sobre dignidade. Na extrema-direita, essa lógica assume contornos sombrios: a desumanização torna-se o núcleo ativo de um projeto político.

Pautas comumente associadas à direita

Economia de mercado com intervenção estatal limitada e desregulamentação; centralidade da propriedade privada e crítica a tributações progressivas; conservadorismo moral e defesa de instituições tradicionais (família, religião).

Ênfase na autoridade, ordem pública e políticas de segurança punitivistas; ceticismo quanto à ampliação de direitos sociais universais; meritocracia como princípio estruturador, desconfiança de mudanças rápidas; privalização de setores públicos e parcerias público-privadas.

a terra é redonda

Pautas da extrema direita

Pseudonacionalismo agressivo e identitário, com construção de inimigos internos; autoritarismo político, culto ao líder e ataques a instituições democráticas; militarização da vida social e naturalização da violência política.

Rejeição aberta do pluralismo e demonização de dissidências; conservadorismo moral extremo e uso instrumental da religião; populismo reacionário e negacionismo científico; hostilidade ativa a direitos humanos, legitimação de violência estatal e abusos policiais.

Centro

“Não sou de direita, nem de esquerda, sou de Centro”. Essa autodeclaração costuma funcionar menos como posição e mais como estratégia para escamotear convicções e evitar conflitos. A ideologia se manifesta no pré-reflexivo, na gramática invisível que organiza o que percebemos como natural ou justo.

Muitos autodeclarados centristas aceitam, como axioma, que a desigualdade é legítima pelo mérito, veem o Estado como intruso e a iniciativa privada como virtude, e reagem com desconfiança a políticas redistributivas. Essa visão não é neutra; é uma atualização do liberalismo conservador hegemônico.

Em sociedades onde o horizonte liberal-conservador se naturalizou, reforçá-lo parece “bom senso”. A neutralidade só é possível para quem não se percebe afetado pelas distorções da estrutura. O “centro” surge como zona retórica de baixa fricção, uma blindagem contra o conflito.

Este “centrismo” não corresponde a posições centrais sérias (como o social-liberalismo). É um centrismo negativo, definido pela rejeição, uma recusa em nomear uma visão de mundo. Na prática, costuma operar como válvula cultural da direita: critica mais a esquerda, vota majoritariamente na centro-direita ou direita, e reproduz o senso comum liberal-conservador.

A crítica ao centrismo é uma exigência democrática: a transparência das posições é vital. Em tempos de desigualdade extrema e avanço autoritário, o “nem-nem” funciona como cumplicidade passiva. Quem se recusa a nomear seus valores não está fora da política; apenas escolhe a proteção da aparência de neutralidade, que é ela mesma uma escolha política.

A pergunta crucial não é sobre o rótulo, mas: “Diante do mundo como ele é, qual mundo você deseja ajudar a construir, e quais valores está disposto a assumir, mesmo que isso implique enfrentar conflitos?”. Essa resposta, quando honesta, nunca é neutra.

***Carlos Eduardo Araújo** é mestre em Teoria do Direito pela PUC-MG.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA